

FIESP não “digeriu” o pacote

São Paulo — Os departamentos econômico e jurídico da Federação das Indústrias do Estado (FIESP) não haviam conseguido “digerir”, até ontem, o pacote econômico do governo, o mesmo ocorrendo com grandes empresas americanas instaladas no país. Na FIESP, o estudo completo do pacote deverá ser concluído hoje.

O vice-presidente da Federação, Cláudio Bardella, destacou que “o pacote é tão difícil de se analisar que os departamentos econômico e jurídico ainda estão digerindo os documentos”. Membro do conselho superior jurídico da entidade, Carlos Eduardo Moreira Ferreira admitiu que “a extensão do pacote, e sua complexidade, obrigam a um estudo mais acurado”.

“Confusos e perplexos”

Na última quinta-feira, o presidente da FIESP, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, — que ontem se encontrava na Argentina — disse que aprovava o pacote, como posição pessoal, mas somente hoje a entidade dará sua posição como representante dos empresários paulistas.

Para o empresário José Mindlin, “um pacote econômico como este, votado a toque de caixa, tem o sabor de um decreto-lei”. Segundo Mindlin — que é diretor da área de tecnologia da FIESP — “o pacote econômico tem muita coisa a ser destrinchada, só que falta tempo. O Congresso não tem tempo para uma análise séria e tranqüila em relação a um documento como esse do governo”.

O diretor executivo da Câmara Americana de Comércio, Ercole Carpentieri, que mantém contatos com as principais empresas americanas instaladas no país, informou que as companhias ainda estão procurando analisar o pacote, “mas, na minha opinião, ele nos deixou confusos e perplexos”.

— Esperávamos alguma coisa mais consistente e inovadora, o que não ocorreu — observou Carpentieri.

Em Belo Horizonte, o presidente da CNI-Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PFL-AL), declarou ter assumido compromisso com o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, de lutar pela aprovação do pacote econômico e, ao mesmo tempo, recebeu uma série de telefonemas de empresários, preocupados com “certos efeitos”. Só que não quis revelar as preocupações desses empresários.

Albano Franco defendeu a “manutenção da confiança no governo e nos homens que se esforçam para melhorar a situação”. Disse que será inevitável para as empresas com faturamento líquido acima de 40 mil ORTN — Cr\$ 2 bilhões 541 milhões —, que serão obrigadas a fazer um recolhimento semestral do Imposto de Renda, recorrerem aos bancos. “Mas terão dificuldades de empréstimos”, previu.

Leia editorial Tempo de Explicação
